

# ADMINISTRAÇÃO GERAL

## DOCUMENTAÇÃO

### NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGUSTO DE REZENDE ROCHA

Marchal, Jean — *Cours d'Economie Politique*, I, Médicis, Paris, s/d (1950); 937 p.

Varii Auctores — *Traité d'Economie Politique*, publié sous la direction de Louis Baudin, I, Dalloz, Paris, 1951; 960 p.

Alimentam certos livros didáticos e tratados de ciência a uma ou duas gerações, constituindo fonte habitual de informações de que elas se valem. Depois, envelhecem irremediavelmente. Por que será tão breve essa duração, se muitas vezes resultam de vida inteira consagrada ao labor científico? O conflito intelectual, em que degenera a simples oposição que a princípio separa as gerações, explica suficientemente que as virtudes de um livro didático ou de um tratado só em caráter excepcional podem ultrapassar vinte e cinco ou trinta anos. Suas qualidades como que se esgotam, à força de serem utilizadas. Daí talvez se poder dizer que os livros didáticos, ao contrário das grandes obras, não pertencem à categoria dos bens impercíveis: assemelham-se aos bens duráveis, com ação fecundante preestabelecida. Um livro como a *Política* de Aristóteles é permanente mensagem dirigida a cada geração, que nele descobre com que resolver suas perplexidades. Em cada época é moeda de segura aceitação: cruzado no séc. XVI, esterlino no séc. XIX, dólar no XX. Já os livros didáticos têm algo das moedas anêmicas: não vencem os séculos assim como elas também não se impõem fora das fronteiras em que circulam.

Isto se dá não tanto porque a ciência versada pelo compêndio se tenha enriquecido — o que, as mais das vezes, é o caso — mas antes por terem as gerações sua maneira própria de formular problemas antigos ou de expor noções já adquiridas — para não falar nas questões que elas mesmas propõem. Há sempre um ponto de vista novo, um ângulo de visão ainda não experimentado, que cada geração apresenta como contribuição ao estudo de determinada ciência. E isto explica, essencialmente, por que os livros *datam*.

A estas razões conviria acrescentar outros motivos, de natureza talvez inferior, mas nem por isto menos ponderáveis. Modernamente qualquer casa editora vacila sempre em publicar mais de um compêndio ou tratado sobre o mesmo assunto; só assim evita a competição entre as suas próprias publicações e consegue amortizar em tempo razoável o ônus do lançamento da obra. Ora, tal amortização só se verifica, em regra, depois de uma geração e só aí começam a surgir os lucros. Decorrerá dessas condições comerciais o grupamento de autores, tendências e correntes intelectuais pelas diferentes casas editoras? Ou será a luta ideológica responsável pela concorrência? Seja como for, cada nova editora que surge, mesmo quando mediocremente orientada, serve, antes de tudo, para abrir caminho à emulação intelectual, afastando livros que ainda estão a serviço da geração do momento. Não será, aliás, difícil exemplificar, embora o esforço seja sem alcance, porque a experiência pessoal de cada um ilustrará a tese proposta.

Estas reflexões nos ocorreram ao atentarmos na quantidade e importância das publicações econômicas e finan-

ceiras com que, depois da guerra, a ciência francesa vem procurando conservar a posição que ocupou por tantos anos no mundo da inteligência e da cultura. De J.B. Say e Bastiat até Charles Gide e Cauwès, a fama dos manuais ou tratados franceses de economia e finanças firmou-se graças às qualidades expositivas e à clara metodização que lhes eram como que intrínsecas. É conhecida a popularidade que desfrutavam. Não se distinguiam, porém, os seus autores por uma grande originalidade de pensamento, se fizemos a exceção clássica de Walras, até certo ponto incompreendido em seu tempo. E tudo indicava que, especialmente depois da guerra, já tinha soado a hora de serem arquivados certos compêndios dessas disciplinas, cujos serviços vinham prolongando-se desde fins do século passado. Só mesmo a qualidade literária de alguns desculpava existência tão longa e pertinaz — até certo ponto incompreensível, quando se pensa nas transformações e no reexame crítico por que tinham passado, em outros países, natureza, objeto e problemas básicos de Economia Política e Finanças Públicas.

Antes da guerra observava-se, em França, indistintamente, uma tal ou qual fadiga na atividade científica, pelo menos no terreno que ora nos preocupa, e os trabalhos de Charles Gide, Camille Perreux, Leroy Beaulieu ou Edgar Allix esperavam na sua velhice já infecunda que os viessem render. Mesmo a explicação que o Prof. Maurice Byé ofereceu da turbacão francesa de 1940, através das colunas d'“O Jornal”, respondendo aos ensaios do Sr. Tristão de Athayde, em seguida à derrota da França — que belo esforço de advocacia! — mesmo essa explicação não pôde obscurecer a inatividade a que tinham resvalado os cultores da Economia em seu país no período imediatamente anterior à guerra. A situação atual, porém, é diferente. Dir-se-ia que a França cobrava alento, artes do desastre, para a produção intensa em que a vemos empenhada.

Aparentemente é relativo o interesse do estudioso brasileiro por essa renovação, quando se considera o prestígio que desfrutam, entre nós, certos grandes economistas anglo-saxônicos. Hansen, Samuelson, Hicks, para não falar em Keynes ou nos alemães e austríacos naturalizados — Haberler, Schumpeter, Hayek, Halm ou Mises — eis alguns nomes que nos são mais familiares que o de qualquer professor francês. No passado, porém, sabe-se bem, não foi assim.

Durante muitos anos o ensino de Economia Política se restringiu, no Brasil, às Faculdades de Direito e Escolas Politécnicas. Naquelas se acentuavam, em regra, os aspectos doutrinários da matéria, ocupando-se boa parte do ano letivo em discussões em torno de escolas e tendências ideológicas. Nestas recorria-se, às vezes, à matemática para a formulação de problemas ou princípios, sem que esse luxo representasse algo de substancial ao ensino ministrado. Satisfazia-se aos gostos retóricos de uns e às aristocráticas inclinações mentais de outros... Não parece, contudo, que a disciplina fôsse abordada com ânimo sincero de pesquisa ou conhecimento. Era um ornato intelectual, sem maiores conseqüências. Ainda não haviam sur-

gido professores, como o Sr. Eugênio Gudín, verdadeiras figuras de pioneiros, nem tinha frutificado o ensinamento de certos estudiosos, cuja obra de vulgarização da bibliografia anglo-saxônica mal começara a manifestar-se.

Nas Faculdades de Direito a Economia permitia quando muito se exercitassem as vocações políticas com os primeiros apelos à autoridade de nomes eslavos e judeus; nas Escolas Politécnicas seria simples oportunidade para os futuros engenheiros burocratas se familiarizarem com demonstrações que poderiam figurar com discreto brilho nos seus relatórios potenciais. As noções veiculadas nesses cursos eram, todavia, invariavelmente hauridas em velhos compêndios franceses; — ou nos congêneres nacionais, elaborados consoante o método expositivo e o gosto pela simplificação de idéias em fórmulas sintéticas, características do que se convencionou chamar clareza do pensamento francês. Apesar de os tratados de Gide ou Leroy Beaulieu já não circularem entre os estudantes, os sucedâneos nacionais utilizados as mais das vezes se assemelham a práfrases dêesses modelos veneráveis, tão marcada é a influência dêeles sôbre o “mobiliário mental” e respectiva arrumação no espírito de seus autores.

Mas, já antes da guerra começava a esboçar-se, no Brasil, certa resistência a essa hegemonia intelectual exercida pela França. A esterilidade temporária do pensamento francês convidava-nos à revolta. E os estudiosos de certas ciências, os que se preparavam em determinadas técnicas, haviam compreendido que urgia renovar, entre nós, métodos e conhecimentos ao calor de outras culturas. Por outro lado, o prestígio dos Estados Unidos no cenário internacional e a vinculação da vida sul-americana com os destinos do “poderoso vizinho” terão contribuído também para mudar o centro costumeiro de informação da vida intelectual brasileira. A hibernação forçada, finalmente, que os anos de guerra impuseram à atividade cultural dos países europeus, ainda mais acentuou essa tendência de nos voltarmos para os povos anglo-saxônicos, como orientadores mentais. Retornaremos agora à fonte tradicional de nossa cultura? . . . A influência norte-americana e a inglesa continuam vivas e fortes e através delas é que entramos em contato com o pensamento alemão e sueco. Uma rápida visita às livrarias das grandes cidades brasileiras ou às estantes das bibliotecas públicas mais bem organizadas, confirmará essa observação. Mas o pensamento francês vem readquirindo o passado vigor, apesar da convalescença em que a França ainda se acha mergulhada, e quem lhe conheceu a força persuasiva e orientadora no passado terá de consignar a probabilidade de que retome, pelo menos em nossas Faculdades de Direito e, em grau menor, nas Faculdades de Filosofia ou de Ciências Econômicas, aquela preeminência de outros tempos.

O *Cours d'Economie Politique*, vol. I (Librairie de Médicis, Paris, s/d — 1949?), do prof. Jean Marchal, da Faculdade de Direito de Paris, cuja publicação já se iniciou há algum tempo, ainda não logrou, no Brasil, a divulgação que seria normal e que merece; no entanto, algumas das suas características — boas ou más, conforme o ponto de vista em que nos colocarmos — como que o destinavam a tornar-se livro de texto habitual para o estudante esclarecido que frequenta o primeiro ano de Direito. As epígrafes de Stuart Mill e de Paul Claudel, que introduzem a obra, justificam esta suposição. “E’ pouco provável que um homem seja bom economista se não fôr alguma coisa mais” — observa o prof. Jean Marchal citando ao primeiro e, com êste pensamento, enunciando o *leit-motiv* do volume. “O que não compreendéis é que é o mais belo, o que é mais longo é que é mais interessante e o que não achais divertido é que é mais engraçado” — acrescenta pedindo a Paul Claudel um trecho de *Le Soulier de Satin*; e a inscrição destas palavras, no limiar de um tratado de Economia, diz mais sôbre o método e a orientação do autor que minuciosa exegese.

Eis, portanto, um autor confessadamente eclético, que se propõe realizar síntese ante a qual outros igualmente dotados vacilariam. Não ignora a dificuldade da empresa; reconhece-a mesmo em seu prefácio; e renuncia antecipadamente a receber o aplauso do neófito, do leigo ou do profissional, porque sabe que lhes parecerá a um tempo,

antiquado e ambicioso, deficiente e excessivo. No entanto, a despeito do que se possa alegar sôbre o malôgro dêesse esforço de síntese, ou, paradoxalmente, sôbre a análise incompleta de tantas questões, o prof. Jean Marchal escreveu um tratado destinado a ocupar lugar de relêvo na bibliografia francesa de Economia. Poucas obras, na verdade, harmonizam em grau tão eminente elementos históricos, doutrinários, teóricos ou pragmáticos, que à primeira vista pareceriam rebeldes a tratamento unificado. E é precisamente essa capacidade de versar princípios positivos ou normativos e problemas de economia pura ou aplicada tão diversos em natureza e importância dosando com mão de mestre a massa de informação histórica e a análise teórica, sem se arreçar de tomar partido em pontos doutrinários, que torna êste *Cours d'Economie Politique* compêndio útil e agradável para quem se inicia e repositório de informações bem filtradas para o profissional. Do ponto de vista didático, suas qualidades são exemplares: simplifica os assuntos, apresentando-os em forma límpida e esquemática, embora o leitor sinta muitas vezes que tal simplificação se tornou possível porque nem todos os fatos ou raciocínios foram transmitidos por completo. (V. por exemplo a análise da definição de Economia proposta por LIONEL ROBINS, em que a essência do pensamento do professor britânico não foi plenamente apreendida e exposta, nem se nos afiguram justas as suas críticas — p. 281 *passim*).

O livro está dividido em quatro partes de tamanho desigual. A primeira — *Nascimento e evolução do sistema econômico contemporâneo* — que constituiria por si só volume de mais de trezentas páginas, é uma das melhores introduções ao estudo da teoria econômica, até hoje publicadas em qualquer língua. Concebida de um ponto de vista semelhante ao de muitos tratadistas de Filosofia (Maritain, por exemplo), esta equilibrada introdução de história econômica (de *economia descritiva*, conforme WICKSELL), associada à análise de doutrinas e escolas, proporciona ao leitor um grande painel objetivo contra o qual se torna possível desenrolar o fio das deduções teóricas. E assim como o estudo da Lógica é mais proveitoso quando precedido por um excuro de História da Filosofia — solução metodológica hoje em dia quase generalizada — também o dos fatores da produção, do mecanismo dos preços, da moeda e do crédito fica muito mais real e se humaniza depois de esclarecido pelo conhecimento das vicissitudes por que o capitalismo vem passando desde o alvorecer dos tempos modernos.

Conquanto não utilize, neste caso, elementos de pesquisa própria — nem seria lícito esperá-lo — repousa essa introdução do prof. Jean Marchal nos resultados de moderna investigação histórica e é de salientar-se a vastíssima bibliografia francesa e, em grau menor, estrangeira, de que se socorre, notável sobretudo pelo critério seletivo. Se quiséssemos dar ao leitor uma noção da linha metodológica (ou, simplesmente, intelectual) do autor, assinalaríamos que, em história, segue as diretrizes e o espírito da moderna historiografia francesa (Pirenne, Henrisée, Bloch, H. Berr, Hauser, G. Cohen, H. Focillon, Halphen, Sagnac, Boissonade, Calmette, etc.) mitigando-os pela contribuição anglo-saxônica e, esporadicamente, pela germânica; na exposição e crítica dos sistemas e doutrinas econômicas, inspira-se largamente em René Gonnard, Gide, Rist, Villey, etc. Registre-se, porém, a ausência de qualquer elemento historiográfico italiano, espanhol ou português, tanto mais de estranhar quanto é certo que não se pode ignorar, em história econômica, a obra de um Gino Luzzatto, por exemplo. Aliás, parecem-nos também muito superficiais a discussão e a crítica de grandes temas de história econômica abordados pela historiografia germânica ou anglo-saxônica (Troeltsch, Sombart, Lujo Brentano, Tawney, Robinson, Brodrick, Oscar Marti, etc.), tais como o problema da influência modeladora da ética calvinista ou dos jovens na formação do espírito capitalista e no desenvolvimento do comercialismo dos séculos XVI e XVII.

Dessa introdução geral, convém destacar, no entanto, o Cap. IV — As transformações do fim do Século XIX e do começo do Século XX: o capitalismo de grupos e

as novas correntes teóricas e doutrinárias. As qualidades clássicas do espírito francês — abreviando o excessivo, condensando o disperso e clarificando o obscuro — podem ser bem exemplificadas nas várias seções deste capítulo (V. especialmente a discussão do marxismo nas suas teses econômicas e filosóficas; a apreciação da revolução keynesiana, etc.). Também o Cap. V — A Revolução do século XX e a procura consciente de uma economia mais racional e mais humana — apresenta as mesmas virtudes, embora a margem de controvérsia se alargue, notadamente quanto ao método da Economia Política, visto que o autor explana e propugna solução, que talvez não se possa aceitar sem discussões (trata-se da questão do modelo teórico e do modelo histórico).

A segunda parte — *Os Elementos de base da produção* — compreende dois grandes títulos — Os fatores da produção e Os órgãos da produção e da troca. Não será nova esta apresentação que o autor dá à matéria; e as lembranças da escola clássica são aqui tanto de sistematização como de conteúdo. Ainda assim, se o prof. Jean Marchal inova menos do que pensa, a exposição é sempre lúcida e persuasiva, e a nosso ver poucos são os tratados de Economia onde se apresenta o problema das empresas privadas e das suas transformações com tanto rigor e abundância de informações como neste livro. Capítulos igualmente interessantes são os que tratam das explorações cooperativas (Cap. III do Título II) e das explorações públicas (Cap. IV do mesmo título), embora o estudo das entidades autárquicas — talvez porque sejam desconhecidas, em França, com as características que as distinguem entre nós — não tenha merecido a atenção, ao menos nos seus aspectos estritamente econômicos, que seria lícito esperar. Esta parte mostra, à saciedade, como pelo fato de os economistas franceses exercerem magistério em Faculdades de Direito, o ensino de Economia fica, até certo ponto, sobrecarregado de problemas e matéria que, em outros países, não lhe perturbam a organização.

A terceira parte — *O mecanismo dos preços* — é a ampliação, em alguns pontos, e a simplificação, em muitos outros, do livro publicado pelo autor sob o mesmo título (a 2.<sup>a</sup> ed., revista e aumentada, saiu em 1948). Compreende-se que a matéria, no contexto geral de um tratado, não pudesse merecer tratamento semelhante ao que lhe dispensou em livro autônomo; daí estranharmos o desenvolvimento que, ainda assim, lhe veio a dar. Didaticamente não tem as qualidades do capítulo com que, sob igual denominação, contribuiu o prof. Henri Guitton para o *Tratado de Economia Política*, publicado sob a direção do prof. Louis Baudin, e de que daremos breve resenha a seguir. O trabalho do prof. Guitton é um modelo de exposição e de bem orientada pesquisa, e, conquanto a obra do prof. Jean Marchal já tenha logrado situar-se definitivamente na bibliografia francesa sobre o assunto, não haverá injustiça em dar preferência ao capítulo do prof. Guitton, notadamente quando se pensa naqueles que se iniciam na questão.

A quarta parte deste volume — *A moeda e o crédito* — representa uma análise conduzida em obediência a idéias muito menos radicais e inovadoras do que a referente ao mecanismo dos preços. Dir-se-á que a matéria se prestava menos a essa renovação, o que é discutível, mormente se se considerar o esforço do autor — nem sempre confessado, mas patente quase a cada página — de introduzir algo de novo no exame das questões. Desta vez o elemento inesperado, não sendo intrinsecamente o das idéias, foi o da sua sistematização. Começou com o estudo dos bancos — operações e sistemas — para depois empreender o da moeda e do seu poder de compra em relação ao nível geral dos preços. É duvidoso que satisfaça a justificação dessa maneira um tanto estranha de organizar a matéria (páginas 725-726), insólita sobretudo quando se atenta em todos os resquícios clássicos e já ultrapassados, que subsistem na concepção do volume e em certas teorias que nêle se defendem. Os capítulos relativos ao crédito são, de resto, mesmo no que tange a simples informações, algo deficientes; basta dizer que não há seção dedicada à exposição do sistema de reserva federal norte-americano, deficiência singular à vista do exame que mereceu a organização bancária em França, na Inglaterra e na Alemanha. Outra falha sensível é não haver palavra sobre as operações e a orga-

nização dos bancos suíços, o que também representa excelente exemplo do misonéismo intelectual francês, numa época, como a nossa, de limitações cambiais e em que o tabuleiro do comércio internacional é de tão difícil movimentação, precisamente por causa dos fatores de ordem vária que o condicionam.

Estes reparos não modificam, porém, o juízo inicialmente feito sobre o volume, cujas proporções e amplitude de análise como que levam o autor a descurar — propositada ou involuntariamente — de certas minúcias de composição. Eis, sem dúvida alguma, um opulento tratado, como só em França, talvez, pudesse ser escrito, quer pelas qualidades expositivas e literárias, quer pelo equilíbrio, que logrou obter, entre a erudição pura e o interesse pragmático.

Os trabalhos coletivos não são frequentes no panorama intelectual da França, talvez porque o individualismo, que sempre se manifestou com vigor nas mais pequenas atividades do país, encontre clima de eleição, precisamente em sua produção científica ou literária. Daí o interesse que a obra, em vias de ser publicada sob a direção do prof. Louis Baudin, naturalmente vai despertar. Sinal de mudança de rumo, de que vale a pena fazer o registro.

Destinado aos estudantes de Direito e planejado com o fim de satisfazer ao programa da disciplina, este primeiro volume de um novo *Traité d'Economie Politique* (Paris, Dalloz, 1951) reúne colaborações ilustres e valiosas: *Primeira parte: Generalidades* — A Ciência econômica (Louis Baudin); O método em economia política (André Marchal); Os conceitos fundamentais (Gérard Dehove); O mecanismo dos preços (Henri Guitton); Sistemas e estruturas econômicos (Max Cluseau); O meio natural (Jean Morini Comby); O meio humano (Pierre Fromont); O quadro jurídico (Auguste Murat); As doutrinas econômicas (Louis Baudin); História do pensamento econômico (Emile James); *Segunda Parte: A produção* — Vista geral (Alain Barrère); Os fatores da produção (Alain Barrère); O progresso técnico (Paul Hugon); As formas de produção (Paul Hugon); A concentração (Jean Lajugie); A organização profissional (André Garrigou — Lagrange); O Estado produtor. — As empresas públicas e semipúblicas (André Garrigou-Lagrange); A evolução da organização da produção na França contemporânea (Auguste Murat); *Tercera parte: A circulação* — A moeda (Gaston Leduc); O crédito e os órgãos de distribuição do crédito (Max Cluseau); Relações entre a moeda e os preços (Max Cluseau); A política dos preços (Max Cluseau).

A relação acima mostra bem o escopo a que se propôs o prof. Louis Baudin e a orientação seguida. Trata-se, não obstante o tamanho do volume, de um *compêndio*, ainda que de curso superior. Aspira, todavia, a algo de muito difícil: uma análise quanto possível completa de problemas e princípios, sem comprometer a liberdade doutrinária dos autores e a unidade geral da composição. Assevera o prof. Louis Baudin que esse propósito foi plenamente alcançado, graças à boa vontade unânime dos colaboradores, que anuíram na harmonização de pormenores. E por muito singular que seja, convém acentuar que parece haver, efetivamente, maior coerência e proporcionalidade entre os vários capítulos deste tratado, assim nos métodos adotados como na teoria exposta, do que no *Cours d'Economie Politique*, do Prof. Jean Marchal. Naturalmente, o que acaba de ser escrito não passa de impressão pessoal, fruto de uma simples leitura, mas se considerarmos a formação universitária semelhante dos colaboradores deste volume, não há por que estranhar o resultado. Já o caso do prof. Jean Marchal é diferente: o desenvolvimento e a natureza diversa dos problemas e das questões examinadas em seu livro como que o condenavam à desigualdade de tratamento que lhes deu. As obras coletivas, entretanto, quando se coordenam cuidadosamente as suas partes integrantes, escapam muitas vezes a esse perigo. E foi o que o prof. Louis Baudin conseguiu com rara felicidade. Uma tradução deste volume responderia, aliás, a necessidade de nosso meio universitário, e se em certos

capítulos houvesse pequeno trabalho de adaptação às condições brasileiras, talvez mesmo se tornasse empreendimento editorial de êxito garantido.

Não seria este Tratado um fruto exemplar do espírito universitário francês, se nele não se desse preferência, em diferentes capítulos, à história das doutrinas e do pensamento econômicos, passando-se quase em silêncio pelas condições gerais da formação do sistema econômico contemporâneo. Eis uma superioridade palpável da obra do prof. Marchal sobre esta, especialmente no esforço — algumas vezes plenamente logrado — de harmonizar fatos e idéias no seu retrospecto histórico. Cumpre registrar, no entanto, que são de alta qualidade os esboços traçados, respectivamente, pelos profs. Louis Baudin, Emile James e Max Cluseau, sobre doutrinas econômicas (Cap. IX); pensamento econômico (Cap. X); e sistemas e estruturas econômicos (Cap. V). O professor Max Cluseau apresenta mesmo um balanço magistral do que há de característico na economia senhorial fechada, na economia artesanal, no sistema capitalista e nos sistemas de economia integralmente planejada; quanto às estruturas econômicas, seu exame é particularmente seguro, embora limitado a escasso número de páginas. O capítulo se nos afigura, porém, antes uma teorização sobre fatos e fenômenos históricos, cujo conhecimento é considerado implícito, do que uma seleção oportuna desses mesmos fatos, a qual levasse o leitor naturalmente àquela espécie de dissecação anatômica dos estágios econômicos percorridos pela humanidade. Questão metodológica, dir-se-á; mas que nos fornece a chave da tendência geral dos estudos econômicos em França, e das suas diferenças quando comparados com os que se processam em outros países, sobretudo a Inglaterra e os Estados Unidos.

O cap. III, consagrado ao exame de toda a teoria econômica e sumariamente denominado de — Os conceitos fundamentais — ressen-te-se, talvez, das limitações de es-

paço que foram impostas ao seu autor, prof. Gérard Dehove. Não será completa nem exaustiva a análise que se encontra nesse capítulo. O que ali está, contudo, assenta nos melhores resultados da literatura especializada, italiana ou alemã, e apresenta-se depois de passar pelo crivo de uma impecável simplificação, que daria notoriedade a qualquer economista. Lembra, em alguns dos seus melhores trechos, a exposição diáfana e rigorosa de Wicksteed, que estranhamente não ver citado uma vez sequer, já que é, sem dúvida, o mais completo expositor da escola marginalista.

O cap. IV — O mecanismo dos preços — e o Cap. I da Terceira parte — A moeda — de autoria, respectivamente, dos profs. Henri Guitton e Gaston Leduc, talvez sejam as melhores contribuições recolhidas pelo volume. Conquanto breves, apresentam com admirável segurança o estado atual desses problemas. Como ressaltamos anteriormente, o trabalho do prof. Henri Guitton é algo de notável e convém estudá-lo paralelamente a outra contribuição, essa de maiores proporções, que também ofereceu ao *Traité d'Economie Politique*, de Gaëtan Pirou. Referimo-nos ao volume *Les Fluctuations Economiques* (Recueil Sivey, Paris, 1951), que projeta, definitivamente, o nome do seu autor como um dos grandes economistas franceses contemporâneos.

Convém ainda assinalar, na Terceira parte, os longos e exaustivos capítulos de autoria do prof. Max Cluseau, dedicados ao exame do crédito e dos órgãos que o distribuem, às relações entre moeda e preço e à política dos preços. Completam e apuram as contribuições dos profs. Guitton e Leduc, eliminando as falhas e omissões em que incorreu o prof. Jean Marchal, quando versou essa matéria em sua obra, por tantos outros títulos meritória e invulgar.